



CARTA PUBLICA MULHERES DA VIA CAMPESINA EM RONDÔNIA

Neste 8 de março, nós, mulheres camponesas das organizações que fazem parte da Via Campesina (LVC) em Rondônia, reunidas nos dias 11 e 12 de março, na cidade de Jarú, viemos de todas as regiões do estado para debater e denunciar sobre os impactos do agronegócio e dos agrotóxicos no nosso dia a dia e na nossa saúde, e para levantar a nossa voz em defesa da vida.

No último ano, enfrentamos a pior seca das últimas décadas, consequência direta do desmatamento e da destruição dos nossos biomas, e ainda estamos lidando com os prejuízos que essa estiagem trouxe para nossas famílias e para a produção de alimentos. Sabemos que essas catástrofes ambientais, que nos atingem com tanta força, não são obra do acaso, mas resultado de um modelo de produção que coloca o lucro acima da vida e da dignidade dos povos.

O avanço do agronegócio em Rondônia tem sido acompanhado por uma explosão de desmatamento, uso de agrotóxicos e degradação ambiental. Segundo o MapBiomas, Rondônia já perdeu mais de 35% da sua cobertura florestal original, e, apenas em 2023, o estado registrou mais de 222 mil hectares desmatados, e aumentou em 38% os focos de queimadas, o que nos coloca entre os estados que mais desmatam no país. Grande parte desse desmatamento está diretamente ligado à expansão da pecuária extensiva e das monoculturas de soja e milho, voltadas para exportação e regadas a veneno, que engordam os lucros de grandes empresas transnacionais.

A agricultura tem sim um papel central na economia e na alimentação da população. No entanto, o modelo de agricultura que predomina hoje é do monocultivo voltado para exportação de commodities com o uso intensivo de agrotóxicos, que afetam não apenas o meio ambiente, mas especialmente a saúde das pessoas que trabalham e vivem no campo. As mulheres e crianças, em especial, estão entre as mais vulneráveis a esses efeitos. Nós mulheres camponesas estamos ainda mais expostas a essas substâncias, pois além de se expor no trabalho no campo, também nos expomos aos resíduos químicos ao lavar roupas contaminadas, por exemplo, assim como às nossas famílias pelo consumo de água e alimentos contaminados por termos nossos territórios cercados pelo veneno.

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, com mais de 700 mil toneladas de pesticidas utilizados por ano, segundo a Anvisa. Dados da Campanha de Luta Permanente contra os Agrotóxicos ainda denunciam que 30% dos agrotóxicos registrados hoje para uso no Brasil são proibidos na União Européia devido associação à aumento de caso câncer de mama, ovário e útero, aumento do número de depressão, suicídio, doenças endócrinas, renais, má formação congênitas, partos prematuros e abortos espontâneos.

De acordo com estimativas do Instituto Nacional do Câncer (INCA), Rondônia deve registrar aproximadamente 2.700 novos casos de câncer anualmente entre 2023 e 2025, totalizando mais de 8.000 casos no triênio. Embora não haja dados específicos publicados



sobre Rondônia, pesquisas realizadas em outros estados com grande expansão do agronegócio revelam a relação do uso de agrotóxicos com o aumento de casos. Como por exemplo no estado do Mato Grosso, onde uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) identificou alta incidência de câncer em municípios produtores de commodities agrícolas, associando-a ao uso intensivo de agrotóxicos.

Por tudo isso, reforçamos que é fundamental que as políticas públicas voltadas para a produção camponesa, denunciemos que de nada adianta investir em hospitais do câncer e seguir priorizando esse modelo produtivo predatório, baseado no uso intensivo de agrotóxicos, que envenena a terra, a água, os alimentos e os nossos corpos. O campo não pode continuar refém dos interesses dos grandes produtores exportadores de commodities, que servem apenas aos interesses dos grandes conglomerados empresariais, enquanto o povo trabalhador adocece e sofre com a insegurança alimentar e a fome.

Neste 08 de março 2025:

- Reafirmamos nossa luta coletiva em defesa da vida, da saúde e dos nossos territórios.
- Afirmamos que é possível e urgente construir um modelo de produção que coloca a sustentabilidade da vida no centro, de transição agroecológica, de desconcentração da terra, o acesso justo aos recursos naturais, que valorize a agricultura camponesa e o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e na preservação do meio ambiente;
- Exigimos que a natureza não seja mercadoria, nem nossas vidas.
- Pautamos políticas públicas que garantam apoio à produção diversificada e local e o abastecimento popular, que fortaleçam a soberania alimentar e respeitem os direitos das comunidades camponesas, das mulheres, das crianças e das futuras gerações;
- Exigimos a revogação do Decreto Estadual 30.027/2025 que trata da regularização do uso de agrotóxicos e autoriza a pulverização aérea e defendemos a criação de uma legislação que proíba a pulverização aérea inclusive com drones e crie limites na aplicação, respeitando territórios;

Seguiremos em luta, organizadas, de pé, com a certeza de que sem feminismo, agroecologia e justiça social no campo e na cidade, não haverá futuro possível.

**Em defesa de nossos Direitos e pela soberania Alimentar, unidas contra o fascismo,
as violências e a fome!**